

**Processo nº 4027/2017**

---

**TÓPICOS**

**Produto/serviço:** Electricidade

**Tipo de problema:** Facturação e cobrança de dívidas

**Direito aplicável:** nº1 do artigo 11º da Lei 23/6 de 26 de Julho (Lei dos Serviços Públicos) e do artigo 6º do Decreto-Lei 328/90 de 22 de outubro

**Pedido do Consumidor** Anulação do valor apresentado a pagamento (€1.097,48), por ser referente ao período cujos consumos já foram oportunamente pagos por débito directo (09 de Junho de 2014 a 07 de Junho de 2017), sem que o reclamante realizasse qualquer acção sobre o contador.

---

---

**Sentença nº 08/2018**

---

**PRESENTES:**

(reclamante no processo)

(reclamada)

---

**FUNDAMENTAÇÃO:**

Iniciado o Julgamento a --- enviou a este Tribunal um e-mail, contestação, em 08/01/2018, pelas 17h26, o qual foi junto ao processo e cópia que foi entregue à reclamante.

De harmonia com o anexo 2 da Directiva 11 de 2016 da ERSE as irregularidades verificadas nos contadores devem ser calculadas com base na potência contratada, que no caso é de 3,45 kWh, devendo ter-se em consideração o consumo médio anual e o desvio padrão.

Considerando que a --- não apresentou elementos de prova, da data em que ocorreu a irregularidade e de quando a energia começou a ser consumida ilicitamente, o Tribunal entende que cabendo à reclamada fazer prova da data em que ocorreu a irregularidade, nos termos do nº1 do artigo 11º da Lei 23/6 de 26 de Julho (Lei dos Serviços Públicos), e não o fez, tem-se entendido que a --- só pode tributar nos 3 meses que precedem à verificação do vício, uma vez que o vício podia ter sido verificado na leitura que antecedeu à verificação da irregularidade, que deve obrigatoriamente ser efetuada trimestralmente.

O consumo médio é calculado com base nos consumos que têm por base a potência contratada, e que se encontram espelhados na tabela do anexo 2 da Directiva 11/2016 da ERSE, tendo por base a potência contratada.

Após prestados os esclarecimentos à reclamante em relação ao critério seguido pelo Tribunal, uma vez que se verificou que havia uma irregularidade no contador a --- calculou-se o consumo médio anual com base na potência contratada no decurso dos 96 dias anteriores à verificação da irregularidade que deu um valor de €144,30.

O contador do reclamante foi substituído no âmbito de uma campanha da ---- de substituição dos contadores pelo que o reclamante não terá de pagar o valor do contador nem os encargos administrativos com a detecção e tratamento da anomalia.

A reclamante informou ter dificuldades financeiras e por isso não tem possibilidade em pagar este valor numa só prestação, solicitando o pagamento em 6 prestações mensais e sucessivas no montante de 24,05€ cada, o que foi aceite pela representante da reclamada, vencendo-se a primeira prestação até ao último dia do próximo mês de Fevereiro de 2018 e as restantes até ao último dia de cada um dos meses subsequentes.

O pagamento será feito por transferência bancária para o seguinte IBAN da reclamada: ----, tendo que os comprovativos de transferência serem remetidos para um dos seguinte endereços de e-mail da reclamada, com a indicação no corpo do e-mail o número de processo: ----.

---

**DECISÃO:**

Nestes termos, em face da situação descrita, julga-se parcialmente procedente a reclamação e em consequência a reclamante terá de pagar o montante de €144,30 nos termos supra referidos.

Sem custas.

Desta sentença ficam notificadas as partes.

---

Centro de Arbitragem, 9 de Janeiro de 2018

O Juiz Árbitro

---

(Dr José Gil Jesus Roque)